

## VOZES DA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIA PARA A SOBREVIVÊNCIA NO QUILOMBO DO ROSA -AP

Adrielle Freitas Borges<sup>1</sup>  
Elane Pereira Santana<sup>2</sup>  
Fernanda Lima Bastos<sup>3</sup>  
Miquelly Tito Sanches<sup>4</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas no projeto de extensão, intitulado “4º Edição do Projeto de Alusão ao dia da Consciência Negra”, realizada pelas acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá, que faz parte do componente curricular “História da Educação Brasileira”, realizado no dia 27 de novembro de 2019 no território do Quilombo do Rosa, localizado na zona rural da cidade Macapá, à 20 km do centro da cidade, trajeto no sentido da rodovia que liga Macapá a Porto Grande no estado do Amapá.

Segundo Superti e Silva o perímetro da comunidade é assim situado:

Seu perímetro é constituído, em sua maior parte, por limites naturais, como igarapés e ressacas. Sua parte central situa-se num divisor de águas, que foi aproveitado para o traçado da estrada e da via férrea que liga Macapá ao Município de Serra do Navio. Registre-se que parte da área está sobreposta à APA do Curiaú, uma unidade de conservação de Uso Sustentável. A área de sobreposição com a APA é a parte do Rosa, que configura a vertente do lago Curiaú: a leste da BR-210/156 e ao sul do Ramal da Pedreira (SUPERTI; SILVA, 2013).

A notoriedade de quilombos e a sua percepção política e social, da comunidade negra veio variando ao longo dos anos, e tendo importante papel político para o movimento negro no Brasil. Principalmente quando ganharam seu reconhecimento como comunidade remanescente, através do Art. nº68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, sob o enunciado: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, [dri.freitass01@gmail.com](mailto:dri.freitass01@gmail.com);

<sup>2</sup>Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, [elanepereira731@email.com](mailto:elanepereira731@email.com);

<sup>3</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, [fernandalimabastos1@gmail.com](mailto:fernandalimabastos1@gmail.com);

<sup>4</sup>Professor orientador: Mestre em Educação, pela Universidade Federal do Amapá - AP, [miquellytito@yahoo.com.br](mailto:miquellytito@yahoo.com.br).

estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Nesta experiência, visando a reciprocidade do conhecimento para o fortalecimento de múltiplos saberes, elaboramos como atividade, rodas de conversas para conhecermos as principais dificuldades que o quilombo enfrenta, entre estes, o racismo institucional e o acesso de políticas públicas. Além disso, foram realizadas uma mostra cultural da dança do Marabaixo por parte da comunidade quilombola e atividades lúdicas com as crianças através de brincadeiras.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A realização desse artigo surgiu da necessidade em partilhar com os leitores a experiência enriquecedora que vivenciamos no Quilombo do Rosa, o que nos possibilitou conhecer as dificuldades presentes em seus cotidianos, diante do cenário político que vivenciamos nos dias atuais que se mostrou totalmente desfavorável para os povos tradicionais.

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados em nossa experiência pedagógica, perpassaram inicialmente, pela formação de uma roda de conversa, para que todos da comunidade se apresentassem e contassem um pouco de sua vida no quilombo. Dentro das perspectivas do projeto, realizamos atividades que tinham como foco principal a discussão dos temas: *acesso do quilombo as políticas públicas, racismo institucional e diversidade cultural*.

No decorrer da nossa conversa no quilombo, ficou claro na fala a partir dos moradores, o total descontentamentos com o poder público, relatando que o reconhecimento deles está sendo apenas simbólico, isso porque a luta ainda continua árdua contra o agronegócio da região, por outro lado, a garantia de seus direitos junto ao poder público que deveria ampara-los, acabam deixando mais evidente a desigualdade racial que comumente vemos sendo disseminadas em órgãos públicos governamentais, corporações públicas e privada.

No que tange aos aspectos culturais, os moradores continuaram a conversa falando sobre a diversidade da cultura e religião afro-brasileira, compreendendo o quilombo a partir de suas singularidades, individualidades próprias e estruturas simbólicas específicas.

Dando continuidade as atividades, eles seguiram com uma amostra cultural de dança do Marabaixo, que é constituída principalmente por canto, música e dança é uma manifestação folclórica afro-amapaense, que consiste em homenagear o *Divino Espírito Santo* e a *Santíssima Trindade* (Cf. AMAPÁ, 2012). As mulheres vestem-se com anáguas, saias rodadas floridas, camisa branca, colares, lenço no ombro e flor atrás da orelha, uma versão estilizada das roupas das escravas. Os homens usam roupas brancas e tocam com duas baquetas grandes tambores

chamados caixas ou caixa de Marabaixo, naquele momento fomos contagiados pela alegria dessa dança de tradição secular.

Por fim, chegamos no terceiro momento do projeto de extensão que foram as atividades lúdicas desenvolvidas com as crianças do quilombo, inicialmente separamos três brincadeiras para lhes apresentar, a primeira intitulada “Neéz Degúiaan”, é adaptação de uma brincadeira de Marrocos, similar a brincadeira terra-mar e ao morto/vivo. A segunda “Saltando Feijão (Nigéria)”, originalmente essa brincadeira é descrita utilizando um saco de feijão amarrado ao final de uma corda, o que explica o nome do jogo. E por última “Pegue o bastão”, é necessário um bastão (cabo de vassoura), para cada jogador, os jogadores formam um círculo, o objetivo é trocar de posição antes que o bastão caí no chão, aquele não conseguiu sai do jogo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O tráfico transatlântico que se fazia para as Américas em condições tão precárias, tão desumanas que grande parte da “carga viva” (entre 20 e 30%) se perdia numa travessia que demorava perto de quatro semanas para chegar aos postos de recondicionamento de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro. Centenas de negros viajavam amontoados pelos porões, quase sem comida, acometidos de funestas doenças e, por muitas vezes alcançados pela morte (FIABANI, 2007).

No Brasil assim como outras regiões da América os sujeitos procuravam espaços longínquos do braço pesado do escravista, onde tivessem a oportunidade de usufruir da sua força de trabalho. Dessa maneira os quilombos representam resistência e objeção ao sistema escravista.

Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho:

E é a partir dessa posição historicamente desfavorável no que diz respeito às relações de poder, que comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história. Em tal situação de desigualdade, os grupos minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, a autoestima. A identidade de grupos rurais negros se constrói sempre numa correlação profunda com o seu território e é precisamente esta relação que cria e informa o seu direito à terra (SHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 5).

Esses grupos que até hoje sofrem por requererem seus direitos constitucionais, no que se refere ao uso de suas terras, são alvos, em muitos casos de interesse de membros da sociedade que envolve principalmente, proprietários rurais e grileiros, cuja característica essencial é tratar a terra apenas como mercadoria.

No que se refere ao Quilombo do Rosa, a comunidade de modo geral é dependente do estabelecimento e efetivação de uma territorialidade nova, ou seja, a razão desta territorialidade é a garantia efetiva da cidadania étnica da territorialização do grupo, (SILVA, RATTS, 2017).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a roda de conversa realizada na comunidade para conhecer sua história, vivências e desafios, puderam-se observar alguns pontos relevantes, sendo estes: os processos que culminaram na auto-identificação como quilombola; os conflitos e tensões no território; as conquistas e demandas de políticas públicas.

Ao longo da intervenção a comunidade relatou que o quilombo do Rosa foi fundada por Josino Valério de Azevedo Coutinho e sua esposa Mercelina em 22 de fevereiro de 1902. Formando hoje por 23 famílias, descendentes do casal fundador, o Rosa hoje representa-se pela Associação dos Moradores e Produtores do Quilombo do Rosa (AMPQR), fundada em 2003, ano em que o Rosa iniciou seu processo de autoidentificação como quilombola.

Seguindo essa concepção de luta e resistência, Jocilene Menezes narra que a comunidade não é atingida por benefícios das políticas para as populações quilombolas.

Nós não temos nenhum benefício, nem escola, nem nada. A gente corre atrás. Olha, para ter uma ideia, até os postes daqui que é para trocar, a gente já fez documento; já pediu o mês passado; o pessoal esteve aqui para fazer uma reportagem sobre os postes. Mas não resolveu. Foi por isso que eu estava falando, que os postes viraram uma novela. E, realmente, a gente vai ter que fazer um bingo para colocar postes. E nós pagamos imposto. E não é barato, o que a gente paga.

(..) Nossas crianças têm que ir na “Escola de Campina Grande” ou de “Terrão de Matapi” que ficam a uma distância de 15 a 16km” (Jocilene Menezes in ALMEIDA E MIRIN, 2014, p. 11).

Nessa perspectiva, observa-se que as ações governamentais têm sido morosas para com a questão quilombolas, passando mais de duas décadas da instalação do Artigo 68, os avanços no plano legislativo não representaram mudanças concretas para as comunidades quilombolas. Deste modo, tem-se a abertura no campo discursivo por parte do Estado, que gerou visibilidade na agenda política, e por outro lado uma crescente mobilização dos quilombolas para garantir a materialização das políticas públicas.

É preciso destacar ainda que a comunidade do Rosa enfrenta muitos conflitos territoriais, que perpassa por ameaças e invasões, pois de acordo com os membros da comunidade, o processo de reivindicações pelo território se deu quando a ICOMI quis depositar o rejeito de manganês dentro da área do quilombo, houve então, uma grande manifestação, para impedir o depósito de rejeitos de manganês.

O quilombo do Rosa e o Quilombo do Curiaú se uniram para impedir que a ICOMI fizesse depósitos de mais de 384 mil toneladas de rejeito tóxico em bacias cavadas no seu território, o que representou um processo político e judicial que se arrastou por anos, até as comunidades terem a vitória com a paralisação desta ação (ALMEIDA e MARIN, 2014, p. 11).

A ameaça à territorialidade e ao território do grupo do Rosa se dá pela rede articulada entre os grandes projetos do agronegócio existente no estado. Segundo Joelma Menezes.

Aí a gente precisa sempre estar tendo atenção, como é uma área, uma comunidade próxima da cidade, entendeu, tem lugar para plantar... E o que eles querem é plantar soja. Então área que tinha lá plantada pinhos da AMCEL, com certeza é para plantar soja, milho, arroz, essas coisas assim” (Joelson Menezes in ALMEIDA E MARIN, 2014, p. 10).

O que se vê a partir do caso da comunidade do Quilombo do Rosa, é o exemplo de um processo que vem ocorrendo nacionalmente, no qual os sujeitos se auto definem como remanescentes de quilombos e reivindicam acesso aos direitos que foram constitucionalmente assegurados. Assim verifica-se que a disputa pelo território começa com a questão da terra, e extrapola, abarcado também as demandas por educação, saúde, trabalho, transporte e entre outros.

Em busca de acessar esses direitos geraram-se vários conflitos, todavia esses conflitos produziram uma politização, os quilombolas ao reconhecerem-se como donos da terra e como pertencentes a uma categoria identitária específica, obtiveram conhecimentos políticos e jurídicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência permitiu indentificar que a luta pela materialização dos direitos e pela participação em espaços públicos fomentou as estratégias políticas, que por sua vez ecoaram na valorização cultural e na preservação da memória coletiva da comunidade do Quilombo do Rosa.

Nessa perspectiva, na busca pela implementação das políticas públicas, os membros da comunidade do Quilombo do Rosa ganharam aprendizagens políticas e jurídicas, ademais

ampliaram a visibilidade da construção histórica da comunidade. Deste modo, consta-se que as aprendizagens foram sendo adquiridas a partir da luta e defesa de melhores condições de vida.

Mesmo com todos os conflitos os quilombolas da comunidade do Rosa permanecem no território. Sobre isso, observa-se que o sentimento de justiça é um fator decisivo para a incessante luta pela titulação da terra, isto é, reivindicam a propriedade da terra em nome da memória de seus antepassados que foram escravizados e principalmente, pelas condições de subserviência a que foram submetidos.

**Palavras-chave:** Quilombo; Resistência; Sobrevivência; Amazônia.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MIRIN, Rosa Acervo (coords.). **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais.** Associação de Moradores e Produtores da Comunidade Remanescente de Quilombolas do Rosa, Amapá. Manaus: UEA Edições, 2014.

AMAPÁ. **Tambores no meio do mundo. O rufar da cidadania.** Macapá: Governo do Estado do Amapá, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FIABANI, Adelmir; **O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções.** 2017.

SHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli, CARVALHO, Maria Celina Pereira. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas.** 2002.

SILVA, David Junior de Souza; RATTI, Alessandro José Prudencio. **O processo de territorialização do Quilombo do Rosa, Macapá – AP.** Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 3, n. 2, p. 152-164, 2017.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg Vilhena. **Mapeamento e Publicação do Patrimônio Cultural das 28 Comunidades Quilombolas no Estado do Amapá, certificadas e/ou tituladas pela Fundação Cultural Palmares.** UNIFAP. 2013. Disponível em: <http://comunidades.lides.unifap.br>. Acesso dia 17/09/2020.